

PRECARIEDADES ESTRUTURAIS E GESTÃO ULTRAPASSADA NA VILA DE BALBINA



ocorra uma fiscalização para evitar a degradação das vias; outra situação trata-se da estrada que dá acesso a vila que encontra-se totalmente em abandono com mato tomando conta da via.

Outros problemas que precisam ser urgentemente resolvidos são: a falta de especialidades médicas, inclusive odontológicas, fato que fomenta a constante ausência dos trabalhadores que são obrigados a virem a Manaus para realizações de consultas; falta de opções culturais, lazer e esporte, essas situações inviabilizam a utilização de benefícios que são garantidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho; serviços bancários e de comunicação precários; parte interna da usina "até o tucupi" de teia de aranha; banheiros com vasos sem tampa necessitando de reformas, não precisa ter obras de arte como tem na Sede I, e sim, estruturas adequadas merecidas pelos trabalhadores de Balbina.

Diante dos problemas existentes, o Sindicato reivindica que a empresa tome providências urgentes, no sentido de sanar essa lamentável situação. A UHE de Balbina foi inaugurada em fevereiro 1989, o tempo passou e a realidade mudou, exigindo mudanças adequadas com a situação atual, cabe à direção da Amazonas Energia como responsável, discutir com os trabalhadores as modificações necessárias, afinal tudo reflete sobre as vidas dos companheiros e companheiras que residem e trabalham naquela localidade, o que não pode é fazer de conta que tudo está bem, pois, os problemas existentes não contribuem positivamente para ninguém, nem para a empresa, tampouco para os trabalhadores.



Há tempo os trabalhadores da Amazonas Energia lotados na Usina Hidrelétrica de Balbina reclamam dos diversos problemas que vêm enfrentando no local. A situação vai desde problemas estruturais da vila ao administrativo do dia a dia de trabalho, tais como:

Estrutura da escola comprometida, inclusive da parte elétrica, a qualidade de ensino deixa a desejar, merecendo inovações; a vila encontra-se abandonada com suas ruas tomadas por buracos, veículos da prefeitura que coletam entulhos danificam as ruas, sem que



SINDICATO COBRA PROVIDENCIA DE SEGURANÇA NAS SUBESTAÇÕES



Ano passado a política de redução de custos da empresa reduziu o número de vigilantes nas subestações, decisão que contribui para deficiência da segurança dos sistemas da empresa que ficaram vulneráveis de assaltos.

No dia 31.10.2014 um companheiro sofreu tentativa de assalto próximo a

subestação do Mutirão, localizada no bairro Cidade Deus, o fato foi registrado através de B.O na unidade policial e levado ao conhecimento da empresa, o Sindicato por sua vez, protocolou correspondência à empresa reiterando a sua preocupação quanto a redução no quadro dos vigilantes, ao mesmo tempo,

cobrou o retorno dos profissionais dentro do quadro suficiente para execução dos serviços. Até a presente data a empresa não apresentou uma resposta. Sem querer fazer previsões apocalípticas e nem desejar o mal, mas será que a empresa só vai levar a sério a situação quando acontecer o pior?

USINA II: PROBLEMAS PERSISTEM



A edição do “Descendo a Lenha” de dezembro do ano passado (2014) denunciou uma série de não conformidades que vem ocorrendo na Usina de Mauá, o objetivo é contribuir para solução dos problemas, com isso, ganha a empresa e

os trabalhadores, esperamos que a direção da empresa tenha esse entendimento e tome as devidas providências.

Infelizmente, até o momento, não temos observado atitudes mais consistentes por parte dos gestores a quem cabe as

iniciativas administrativas, considerando que os problemas continuam: ausência de médicos e enfermeiros, falta de pessoal do quadro efetivo da empresa no apoio administrativo, excesso de tempo no percurso dos operadores, fato que descumpri o acordo formalizado referente a mudança de horário de turno.

Outro problema grave e preocupante refere-se ao despreparo da gestão do Parque de Geração da Usina de Mauá, com debilidade de postura profissional, ou seja, sempre se dirigindo de forma grosseira e autoritária com os trabalhadores, atitude essa nada motivadora, e sim, prejudicial do ponto de vista corporativo. A concepção de relação entre o líder e equipe vem se modificando, devendo os profissionais e as empresas se adequar dentro da realidade, um diálogo regado de bom senso certamente promoverá resultados positivos.

O Sindicato recebeu correspondência CTA-DTM Nº 001/2015 da Gerência de Departamento de Geração de Mauá-DTM apresentando as providências concernentes a denúncia referente a não conformidade nos tanques de óleo. O Sindicato entende que a empresa fez a sua obrigação cabendo agora concluir as ações pendentes, a exemplo do Processo Administrativo, para que o fato seja esclarecido. Continuaremos atentos ao assunto, acompanhando os trâmites e cobrando providências transparentes.

ONDE HÁ FUMAÇA, HÁ FOGO



Na última edição do “Descendo a Lenha” do ano de 2014, o Sindicato fez uma série de denúncias referente à desorganização da gestão de algumas áreas da Usina de Mauá. Diante dos problemas que foram levantados, a situação mereceu ser chamada de “Casa da mãe Joana”.

Acreditamos que a direção da Eletrobras Amazonas Energia já tenha tomado ou se não tomou que tome as devidas providências para resolver a desorganização denunciada. Considerando que os problemas são graves,

certamente não contribuirão positivamente para a administração da empresa.

No dia 09 de janeiro, o jornal “Dez Minutos”, em sua página policial, publicou a seguinte notícia: “Usina de energia é alvo de furto (200 quilos de cabos de cobre)”.

O fato ocorreu na obra que está em fase de construção e ainda não foi entregue para Amazonas Energia, entretanto, serve como alerta, pois, a questão da segurança é fundamental para resguardar o patrimônio da empresa e a integridade dos trabalhadores.

TRABALHADORES TERCEIRIZADOS SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DE ACIDENTES NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO



A precarização do trabalho no serviço público ocasionada pela terceirização tem vitimado mais os trabalhadores das empresas contratadas pelas concessionárias. Estudos do DIEESE apontam que as

empresas distribuidoras foram as que mais evidenciaram o problema com vítimas fatais e com sequelas.

Conforme os últimos dados da Previdência Social referente à estatística de acidentes de trabalho coloca também o setor elétrico como destaque com ênfase nas empresas de distribuição, confirmando essa realidade preocupante.

O sindicato é contra a política de terceirização em razão das consequências negativas que traz aos trabalhadores, por outro lado, abraça a defesa dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras, exigindo tratamentos dignos e justos.

FALTA DE SEGURANÇA NO TRABALHO NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR



Há tempo o Sindicato vem denunciando o problema de segurança no trabalho que ocorre nas agências da Amazonas Energia no interior do Estado. Praticamente na maioria dos informativos que publicamos no ano passado, tratamos do assunto, inclusive descrevendo as situações de irregularidades existentes.

Infelizmente as não conformidades persistem sem que nenhuma providência fosse tomada, a exemplo dos locais técnicos onde estão instalados os sistemas de operações de responsabilidade

das empresas terceirizadas, tais como: cabos eletrificados expostos em locais transitáveis, transformadores instalados em áreas inadequadas, o que se verifica são verdadeiros improvisos que colocam em risco as vidas dos trabalhadores.

A Direção da Amazonas Energia tem de ser mais prudente e responsável, fiscalizando essa situação que ocorre nas agências e cobrando das empresas contratadas, as adequações dos seus sistemas. O que não pode é querer tomar providências após ocorrências graves.

AMAZONAS ENERGIA DIFICULTA APOSENTADORIA DOS TRABALHADORES



Pelo visto os problemas de gestão não estão afetando somente os trabalhadores em atividade dentro da Amazonas Energia. O problema se estendeu também para os companheiros (as) que se encontram em processo de aposentaria. A maioria chega até o sindicato informando sobre a dificuldade que estão encontrando para conseguir o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para dar entrada ao processo, pelo fato de que empresa está se negando a conceder tal documento ou, quando o PPP é liberado, não vem descrevendo de forma correta as funções exercidas pelos colegas durante sua carreira profissional.

A título de esclarecimento, o PPP é um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa. É um documento de caráter obrigatório para o colaborador dar entrada na aposentadoria junto ao INSS e sem ele, o benefício não é concedido.

Então, por que a Amazonas Energia nega a liberação do documento? A não ser que a mesma não esteja cumprindo com suas obrigações administrativas ou pior se for um descuido por parte dos gestores em manter os dados dos trabalhadores atualizados, interferindo de forma negativa no valor do benefício.

O Sindicato já solicitou respostas com relação à situação, mas o problema persiste. Reivindicamos com urgência a solução para o devido problema, o que não pode é os trabalhadores serem desprezados e desvalorizados, pois já contribuíram com muita dedicação em prol da empresa e merecem usufruir de forma digna de seus direitos garantidos por lei.